

Demonstrações Financeiras - Videolar S.A.

31 de dezembro de 2008 e 2007

ÍNDICE

Parecer dos auditores independentes.....	I
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	II
Demonstrações do resultado.....	III
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	IV
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	V
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	VI

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Conselho de Administração da
Videolar S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer com limitação de escopo sobre investimentos em controlada datado de 1º de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
5. A demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Manaus, 28 de fevereiro de 2009.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-S-AM

Antonio Carlos Fioravante
Contador CRC-1SP184973/O-S-AM

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.589	42.329
Contas a receber (Nota 5)	77.342	62.491
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.580)	(16.015)
Impostos a recuperar	4.360	4.376
Impostos antecipados	10.831	15.453
Estoques (Nota 6)	203.054	190.939
Despesas antecipadas	507	619
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 15)	10.845	9.752
Outros créditos e valores	4.425	4.048
Total do ativo circulante	314.373	313.992
Ativo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 15)	6.758	6.861
Investimentos (Nota 7)	645	1.316
Imobilizado (Nota 8)	337.669	340.648
Intangível	963	-
Total do ativo não circulante	346.035	348.825
Total do ativo	660.408	662.817
PASSIVO	2008	2007
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	59	676
Fornecedores	103.693	63.548
Obrigações trabalhistas	8.696	9.669
Impostos e contribuições a recolher	5.959	16.997
Royalties a pagar (Nota 12)	17.944	20.212
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 13)	-	694
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 15)	-	31
Impostos parcelados (Nota 11)	5.325	-
Outras obrigações	12.799	10.286
Total do passivo circulante	154.475	122.113
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos (Nota 15)	-	305
Impostos parcelados (Nota 11)	19.821	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	16.078	-
Provisão para contingências (Nota 10)	6.448	11.076
Total do passivo não circulante	42.347	11.381
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	471.910	304.758
Reservas de capital	-	167.152
Reservas de reavaliação	-	659
Reservas de lucros (prejuízos acumulados)	(8.324)	56.754
Total do patrimônio líquido	463.586	529.323
Total do passivo	660.408	662.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	2008	2007
Receita operacional bruta	1.031.869	1.205.177
Impostos, contribuições e devoluções	(151.611)	(188.748)
Receita operacional líquida	880.258	1.016.429
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(711.327)	(769.655)
Lucro bruto	168.931	246.774
Despesas operacionais		
Despesas administrativas / Recursos humanos	(30.108)	(32.440)
Despesas comerciais / Logística	(44.898)	(69.226)
Despesas industriais / Tecnologia	(70.062)	(87.277)
Receitas financeiras (Nota 14)	27.749	26.541
Despesas financeiras (Nota 14)	(64.688)	(34.662)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.737	633
(Prejuízo) Lucro operacional	(10.339)	50.343
Resultado não operacional	-	(711)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.339)	49.632
Imposto de renda e contribuição social – Corrente (Nota 15)	(1.881)	(43.218)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido (Nota 15)	991	6.577
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício antes da reversão dos juros sobre capital próprio	(11.229)	12.991
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	10.606
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(11.229)	23.597
Quantidade de ações em circulação no final do exercício	815.907	815.907
(Prejuízo) Lucro por ação (R\$)	(13,76)	28,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros		Total
	Capital social	Incentivo de ICMS	Incentivo de Imposto de renda	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	243.098	195.360	17.482	8.583	13.129	75.497	553.149
Dividendos de exercícios anteriores pagos	-	-	-	-	-	(56.693)	(56.693)
Aumento de capital conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2007	61.660	(44.178)	(17.482)	-	-	-	-
Constituição do incentivo fiscal de imposto de renda	-	-	15.970	-	-	-	15.970
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(7.924)	-	11.830	3.906
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.597	23.597
Proposta da Administração para destinação dos lucros							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(10.606)	(10.606)
Reserva legal exercício 2007	-	-	-	-	1.180	(1.180)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	304.758	151.182	15.970	659	14.309	42.445	529.323
Dividendos de exercícios anteriores pagos	-	-	-	-	-	(42.427)	(42.427)
Aumento de capital conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2008	167.152	(151.182)	(15.970)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(659)	-	-	(659)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	(11.422)	(11.422)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(11.229)	(11.229)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	(14.309)	14.309	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008	471.910	-	-	-	-	(8.324)	463.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
 (Em milhares de reais)

	2008	2007
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(11.229)	23.597
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda diferido	(1.326)	(10.663)
Depreciação	59.311	54.038
Juros e variações monetárias	494	685
Perda na baixa do ativo não circulante	478	(1.453)
(Reversão) provisão para contingências	(4.628)	4.472
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.565	4.786
	46.665	75.462
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(14.851)	28.121
Impostos a recuperar / antecipados	4.638	2.490
Estoques	(12.115)	(68.164)
Outros ativos	(265)	10.690
	(22.593)	(26.863)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	40.145	(8.578)
Obrigações trabalhistas	(973)	(1.320)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(11.038)	9.090
Outros passivos	25.391	13.723
	53.525	12.915
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77.597	61.514
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de outros investimentos	671	(240)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(59.879)	(86.023)
Aquisição de ativo intangível	(963)	-
Venda de bens do ativo imobilizado	2.410	16.863
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(57.761)	(69.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	37.577	28.554
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(22.610)	(37.572)
Incentivos fiscais	-	15.970
Juros sobre capital próprio	(694)	(15.460)
Pagamento de dividendos	(53.849)	(65.273)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(39.576)	(73.781)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(19.740)	(81.667)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.329	123.996
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.589	42.329
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(19.740)	(81.667)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Videolar S.A. (“Videolar” ou “Companhia”) oferece soluções integradas de produtos e serviços para diversas empresas de entretenimento, desde os grandes estúdios de Hollywood, até distribuidores independentes de filmes e indústrias do segmento fonográfico. Além de fabricar a mídia e sua respectiva embalagem, a Companhia oferece uma cadeia completa de serviços e distribuição que verticaliza todo o processo produtivo (Authoring, Masterização, Duplicação, Replicação, Tradução, Legendagem, Controle de Estoque, Armazenagem, Faturamento, Manuseio, Logística de Distribuição e Serviço Pós Venda). Atua também no segmento de Resinas Plásticas (Poliestireno), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros. É importante fabricante de Mídias Gravadas (CD e DVD) e Mídias Virgens (CD-R, DVD-R, disquetes, fitas de áudio e vídeo), das marcas Nipponic® e Emtec®. O fato de contar com grandes clientes na área de entretenimento possibilitou a atuação junto ao consumidor final, oferecendo seu rico e diversificado catálogo ao mercado por meio de comércio eletrônico e televendas, através da Videolar.com.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ADOÇÃO INICIAL DA LEI Nº 11.638/07 E DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

Em conformidade com o disposto pelo pronunciamento contábil CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a *data de transição* para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2007. A *data de transição* é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o disposto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Essa norma requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, as companhias devem demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a faculdade prevista nesse CPC, visto que os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil não são significativos em relação as práticas contábeis anteriormente adotadas. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento

Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2008, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008;
- CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007;
- CPC 02 Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008;
- CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008;
- CPC 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 05 Divulgação sob Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008;
- CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008;
- CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado pela Deliberação CVM nº 556, de 11 de novembro de 2008;
- CPC 12 Ajuste a Valor Presente, aprovado pela Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 13 Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008;
- CPC 14 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

O balanço patrimonial inicial de 31 de dezembro de 2007 (*data de transição*) foi preparado considerando as exceções requeridas e algumas das isenções opcionais permitidas pelo pronunciamento contábil CPC 13, sendo elas:

a) Isenção sobre a apresentação de demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras de 2007 estão preparadas nas bases contábeis vigentes em 2007. A opção dada pelo CPC 13 de não ajustar as demonstrações financeiras de 2007 aos padrões contábeis de 2008 foi adotada pela Companhia conforme divulgado acima.

b) Isenção sobre a classificação de instrumentos financeiros na data original de seu registro

Apesar de o CPC 14 determinar que a classificação dos instrumentos financeiros deva ser feita no momento original de seu registro, para fins de primeira adoção, o CPC 13 permitiu que fossem classificados na *data de transição*, sendo essa a opção efetuada pela Companhia.

c) Isenção sobre as considerações de cálculo do ajuste a valor presente

A Companhia calculou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários, assim como aplicou as taxas de desconto com base nas premissas de mercado existentes na *data de transição*. Os itens que compõe cada um dos grupos de contas que foram objeto de cálculo global possuem características uniformes.

d) Isenção sobre a manutenção do saldo de reserva de reavaliação

A Companhia optou por estornar o saldo de reserva de reavaliação existente na *data de transição*. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados por ocasião da contabilização dessa reserva recebeu o mesmo tratamento.

e) Isenção para apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa sem indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Com o objetivo de permitir a comparabilidade, a Companhia optou por preparar e apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, de acordo com as disposições contidas no CPC 03.

A Companhia também optou por não mais apresentar as demonstrações das origens e aplicações de recursos para os exercícios encerrados a partir de 01 de janeiro de 2008.

f) Neutralidade para fins tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei 11.638/07 e MP 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia irá consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

g) Exceção para aplicação da primeira avaliação periódica da vida útil-econômica dos bens do imobilizado

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia irá reavaliar as estimativas de vida útil econômica de seus ativos imobilizados, utilizadas para determinação de suas taxas de depreciação. Eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa reavaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva.

h) Efeitos dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, no quadro abaixo, a Companhia está apresentando para esse exercício e o exercício anterior para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Os impactos no resultado estão demonstrados apenas para o resultado do exercício de 2008 face à opção efetuada pela Companhia em relação à *data de transição*:

	2008
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	462.210
Custos de captação	(i) (717)
Reserva de Reavaliação	(ii) (659)
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u>463.586</u>

	2008
Lucro líquido do exercício antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	(12.941)
Custos de captação	(i) (717)
Reserva de Reavaliação	(ii) (995)
Efeitos líquidos decorrentes da aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	(1.712)
Lucro líquido do exercício com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<u>(11.229)</u>

i) Efeitos dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08

- (i) Custos incrementais incorridos na captação de empréstimos, que passam a ser classificados como redutor dessa conta, e não mais como resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não incorreu em gastos significativos dessa natureza.
- (ii) Estorno da reserva de reavaliação, conforme previsto pela Lei 11.638/07 e MP 449/08.

Adicionalmente, por conta da eliminação promovida pela Medida Provisória 449/08 da linha de resultado não operacional, a Companhia reclassificou R\$ 1.037 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 para a linha de outras receitas (despesas) operacionais, assim como sua divulgação em nota explicativa.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras) e contas a receber de clientes.

(ii) Passivos financeiros

São classificados na categoria abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

- Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento dos balanços, ou com base em técnicas de valorização definidas pela Companhia e consistentes com as práticas usuais de mercado. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços, conforme política da Companhia e com insignificante mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas no equivalentes de caixa são classificadas na categoria

“ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por contraparte está apresentada na Nota 4.

e) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. As contas a receber de distribuídas (licenciantes) são apresentadas líquidas dos repasses a serem efetuados aos estúdios, conforme descrito na nota 5.

f) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

g) Investimentos

Até 31 de dezembro de 2007, o investimento em empresa controlada era avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

i) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

j) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

k) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico

seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

I) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquotas
Programa de integração social	PIS	0,65% a 1,65%
Contribuição social para financiamento da seguridade social	COFINS	3% a 7,6%
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	ICMS	7%, 12% e 18%
Imposto sobre produtos industrializados	IPI	15% e 25%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	ISS	2%*

* A partir de setembro/2007

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

m) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas. Registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas: (i) diferimento do ICMS na aquisição de insumos importados; (ii) diferimento do ICMS na saída de bens intermediários destinados à integração de processo produtivo de estabelecimento industrial igualmente incentivado; e (iii) redução da base de cálculo do ICMS na aquisição de alguns insumos utilizados para produção. Em 31 de

dezembro de 2008, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

n) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mensurou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários circulantes, assim como, aplicou as taxas de desconto, com base nas premissas de mercado existentes na *data de transição*. Os itens que compõem cada um dos grupos de contas que foram objeto de cálculo global possuem características uniformes. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. Quanto aos ativos e passivos não circulantes, a Companhia já adotava o procedimento de atualizá-los monetariamente e, portanto, já estavam ajustados ao valor presente. Em 2007, os ativos e passivos não eram descontados a valor presente.

o) Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

q) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2008	2007
Caixa e bancos	22.589	35.471
Aplicações financeiras	-	6.858
	22.589	42.329

Em 31 de dezembro de 2007, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variaram de 100,5% a 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2008	2007
Cientes próprios	110.923	85.496
Cientes distribuídas	142.295	201.422
Distribuídas (licenciantes)	(175.876)	(224.427)
	77.342	62.491

A Administração da Companhia entende que a classificação de Distribuídas (Licenciantes) como redutora do contas a receber reflete de maneira mais adequada a operação de prestação de serviços às Distribuídas, visto que a Videolar atua como agenciadora das distribuídas, sendo sua função basicamente relacionada a repasse de recursos.

6. ESTOQUES

	2008	2007
Matéria-prima	68.586	64.095
Produtos em elaboração	17.048	25.368
Produtos acabados	84.419	77.541
Material gráfico e embalagens	3.568	5.284
Outros materiais	39.837	24.701
Provisão para perdas	(10.404)	(6.050)
	203.054	190.939

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Movimentação dos investimentos

	Transvat Transportadora Ltda.	Outros investimentos	Total dos investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2006	671	405	1.076
Lei do Audiovisual	-	240	240
Saldos em 31 de dezembro de 2007	671	645	1.316
Baixa do investimento da Transvat	(671)	-	(671)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	-	645	645

As operações da Transvat Transportadora Ltda. foram encerradas, conforme Distrato Social celebrado em 30 de setembro de 2008.

8. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação	2008			2007
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	4%	73.715	(18.666)	55.049	58.593
Máquinas e equipamentos	10%	437.383	(270.183)	167.200	193.634
Instalações Industriais	10%	56.527	(18.643)	37.884	37.847
Móveis e utensílios	10%	37.574	(33.034)	4.540	5.803
Moldes e ferramentas	10%	34.235	(16.080)	18.155	19.210
Outros ativos	10% a 20%	17.595	(12.006)	5.589	6.506
Imobilizado em andamento		49.252	-	49.252	20.534
Provisão para baixa de imobilizado		-	-	-	(1.479)
		706.281	(368.612)	337.669	340.648

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração da Companhia optou por estornar o saldo de reserva de reavaliação dos ativos imobilizados no montante de R\$ 995 juntamente com o imposto de renda e a contribuição social diferido registrados por ocasião da contabilização dessa reserva.

A Administração da Companhia não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato	Taxas	Garantias	Vencimento	31.12.2008	31.12.2007
BNDES	TJLP + 1,2% a.a.	Imóveis	15/01/2008	-	676
Fortis Bank NV/SA França	4,88 % a.a.	Nota Promissória	08/01/2016	16.854	-
				16.854	676
Parcela vencível nos próximos 12 meses				(59)	(676)
Custo de Captação				(717)	
Parcela não circulante				16.078	-

Durante 2008, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Até 31 de dezembro de 2008, a Videolar havia utilizado o montante de EURO 4.303 para pagamento do fornecedor Darlet Marchante Technologies S.A. referente às importações de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP (Polipropileno Bio-orientado). Esse financiamento não possui cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem. Os custos de captação são principalmente formados por comissão de intermediação, nos termos do CPC 08.

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o resumo de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como natureza dos processos e experiência histórica.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a provisão para contingências estava composta como segue:

	2008			2007		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Valor líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Valor líquido
Cíveis	634	16	618	177	81	96
Tributários	15.990	12.908	3.082	15.005	8.503	6.502
Trabalhistas	3.253	505	2.748	4.998	520	4.478
	19.877	13.429	6.448	20.180	9.104	11.076

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 157 processos de reclamações trabalhistas, principalmente relacionados a horas extras.

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 91 processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

A provisão para contingências tributárias refere-se, substancialmente, à contestação pela Companhia da cobrança de PIS e COFINS sobre receitas auferidas na Zona Franca de Manaus, e diversos autos de infração relacionados à ICMS.

A seguir apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências:

	2008	2007
Saldo inicial	11.076	6.605
Entrada de novos processos	32.278	11.691
Baixa de processos	(36.906)	(7.220)
Saldo final	6.448	11.076

11. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração da Companhia optou por desistir de um processo tributário referente ao PIS e COFINS no montante de R\$ 25.146 e protocolou o pedido para participação no Programa de Parcelamento de Impostos na Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esses parcelamentos de tributos serão realizados em 60 parcelas, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculada a partir da data de solicitação do parcelamento até a data de pagamento.

12. ROYALTIES A PAGAR

A Companhia registrava, até 31 de dezembro de 2004, *royalties* a pagar sobre uso de patentes com base nos montantes devidos contratualmente, que prevê o pagamento de um valor fixo com base no volume de DVDs e CDs vendidos. Devido ao entendimento formado junto aos seus assessores jurídicos de que essas condições eram abusivas, a Companhia entrou com uma ação visando a alteração no cálculo desses *royalties*. Durante o exercício de 2005, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) emitiu o certificado de averbação onde estabeleceu que o montante de *royalties* a pagar não poderia exceder o limite de 5% sobre o preço líquido de venda. Com base na emissão desse certificado, juntamente com a avaliação da causa efetuada pelos assessores jurídicos, a Companhia está efetuando o pagamento dos *royalties* dentro dos critérios estabelecidos pelo INPI.

Durante o exercício de 2008, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, realizou a mudança de critério na apuração da base de cálculo para pagamento de *royalties*, passando a desconsiderar o valor da embalagem no preço líquido de venda, tendo em vista a menção do INPI no certificado de averbação da obrigação do pagamento de *royalties* somente sobre o produto patenteado. Sendo assim, a Companhia efetuou um estorno da provisão de *royalties* no montante de aproximadamente R\$ 12 milhões.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a provisão contempla basicamente o montante devido relativo ao exercício de 2008 e valores de exercícios anteriores em negociação junto a Philips.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

- i. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o capital social está representado por 585.470 ações ordinárias, 169.343 ações preferenciais classe "A" e 61.094 ações preferenciais classe "B", totalizando 815.907 ações.
- ii. As ações preferenciais classe "B" terão asseguradas prioridade na distribuição de dividendos mínimo de 25%, e no reembolso do capital no caso de dissolução da Companhia, de modo que a nenhuma outra espécie e classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados, como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.
- iii. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.
- iv. Em Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2008, os administradores aprovaram o aumento de capital no montante de R\$ 167.152, mediante capitalização das Reservas de Incentivos Fiscais de Imposto de Renda e ICMS, e da reserva de incentivos, alterando, desta forma, o capital social de R\$ 304.758 para R\$ 471.910.

b) Reservas de capital

i. Incentivo de Imposto de Renda e ICMS

A reserva de capital é constituída por incentivos fiscais de ICMS (até o exercício de 2003) e Imposto de Renda (a partir do exercício de 2004 e até o exercício de 2007) em razão da Videolar estar localizada no polo industrial de Manaus, e ter projetos aprovados junto a Sudam. O incentivo fiscal de imposto de renda proporciona uma redução da despesa desse tributo. Esse incentivo, calculado com base no lucro da exploração, é aplicado às receitas das Unidades de Manaus. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

c) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após a reversão do juros sobre capital próprio, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia utilizou essa reserva para absorver o prejuízo apurado nesse exercício.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2008, foi aprovada a distribuição adicional de dividendos no montante total de R\$ 42.427 relativos a exercícios anteriores.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril e 10 de novembro de 2008, foram aprovados os pagamentos antecipados de dividendos no montante de R\$ 8.159 e R\$ 3.263, respectivamente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Devida a expectativa de lucro não ter sido confirmada quando do encerramento do exercício, e devido aos saldos de reserva de lucros não terem sido suficientes para absorver o prejuízo apurado, a Administração da Companhia estará propondo a redução de capital social em Assembleia.

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2008	2007
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	1.861	4.594
Variações cambiais ativas	21.648	22.463
Outros	4.240	(516)
	27.749	26.541
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(494)	(685)
Juros sobre capital próprio	-	(10.607)
Descontos concedidos	(1.640)	(3.837)
Despesas bancárias	(1.748)	(2.663)
Variação cambial passiva	(49.384)	(10.827)
CPMF	(80)	(5.360)
Multa e juros sobre parcelamento de impostos	(11.147)	-
Outros	(195)	(683)
	(64.688)	(34.662)
Resultado financeiro líquido	(36.939)	(8.121)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. O registro dos créditos fiscais está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O saldo registrado no ativo da Companhia é composto como segue:

	2008	2007
Provisão para perdas de ativos	6.391	2.057
Provisão para contingências	6.758	6.861
Outras provisões	1.702	4.482
Demais diferenças temporárias	2.752	3.213
Total	17.603	16.613
Parcela circulante	(10.845)	(9.752)
Parcela não circulante	6.758	6.861

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos quando do reconhecimento da reserva de reavaliação sobre itens do ativo imobilizado, e a Administração optou por estornar em 31 de dezembro de 2008 juntamente com o saldo da reserva de reavaliação.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

Descrição	2008	2007
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e da reversão dos juros sobre capital próprio	(10.339)	49.632
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	3.515	(16.875)
Adições permanentes	(2.893)	(283)
Adição do PIS e Cofins da base de cálculo	-	(16.785)
Realização reserva de reavaliação	-	(3.906)
Outros	(1.512)	1.208
	(890)	(36.641)
Alíquota efetiva	9%	74%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.881)	(43.218)
Imposto de renda e contribuição social diferido	991	6.577
	(890)	(36.641)

16. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é considerado suficiente, segundo opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologia exigem considerável julgamento e estabelecimento de estimativa para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota ocorreu em razão de sua materialidade. Aqueles instrumentos cujos valores contábeis se aproximam do valor justo e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, podemos destacar os seguintes:

a) Risco de crédito

A base de clientes da Companhia é pulverizada, sendo que os principais clientes não representam mais que 25% do total do faturamento. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

b) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia tem uma parcela não significativa de fornecedores e obrigações contratadas em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco.

c) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade entre provável, possível ou remoto. As contingências consideradas como de risco provável são registradas no passivo. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 10.

d) Riscos de aplicações financeiras

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas em bancos de primeira linha por prazos inferiores a três meses e as taxas pactuadas refletem substancialmente as condições usuais de mercado em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

e) Riscos de empréstimos

As operações de empréstimos estão apresentadas na Nota 9, e as taxas pactuadas refletem substancialmente as condições usuais de mercado em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

18. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia não é instituidora ou patrocinadora de qualquer tipo de plano de pensão ou outro benefício pós-empregatício.

Conforme acordo sindical, a Companhia deverá remunerar seus funcionários mediante participação nos resultados, caso sejam atingidas determinadas performances estabelecidas de acordo com o planejamento anual. Considerando que as metas estabelecidas não foram atingidas, a Administração não constituiu a provisão desse benefício em 31 de dezembro de 2008.